



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO



PROJETO DE LEI Nº 12 /2020

Dispõe sobre a criação da Semana Municipal da Educação Financeira no município de Rio Branco.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Rio Branco, a Semana Municipal da Educação Financeira, a ser comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, coincidindo com a Semana Nacional de Educação Financeira – Semana ENEF.

Art. 2º A Semana Municipal da Educação Financeira tem como objetivos:

I – levar conhecimento à população em geral sobre educação financeira e questões relacionadas, e;

II – capacitar profissionais e indivíduos de todas as idades com cursos, palestras e demais meios educacionais temáticas no âmbito financeiro;

Art. 3º As unidades de educação dotadas de personalidade jurídica, sendo públicas ou privadas, assim como as organizações não governamentais, associações e entidades, para implementação dos objetivos pretendidos pela Semana Municipal da Educação Financeira, poderão celebrar parcerias com órgãos ou entes públicos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 15 de abril de 2020.


Jackson Roberto Ramos da Silva
Vereador.

RECEBIDO 15/04/2020


Izabelle Souza Pereira Pontes
Diretora Legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Vereadoras,

O mundo está prestes a enfrentar a pior recessão desde a Grande Depressão, superando a crise financeira global na década passada, devido a pandemia da Covid-19, o novo coronavírus. A doença, que já infectou mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo e matou mais de 128.000, sendo 1532 somente no Brasil, evidencia um grave problema enfrentado em todo o mundo, mas que em um dos países mais desiguais do planeta, o Brasil, se torna ainda mais desafiador: a falta de planejamento financeiro de mais da metade da população.

De acordo com o Banco Mundial, entre 2003 e 2014, o Brasil viveu uma fase de progresso econômico e social em que mais de 29 milhões de pessoas saíram da pobreza e a desigualdade diminuiu expressivamente, no entanto, teme-se que haja um retrocesso, haja vista que a crescente crise da Covid-19 ameaça atingir países em desenvolvimento de forma desproporcional, não apenas como uma crise de saúde no curto prazo, mas também como devastadora crise social e econômica ao longo dos próximos meses e anos.

Com cerca de 55% de toda a população global sem acesso a proteção social, as perdas decorrentes dessa crise que podem chegar a 220 bilhões de dólares nos países em desenvolvimento, deverão refletir na sociedade com impacto em educação, direitos humanos e, nos casos mais severos, segurança alimentar básica e nutrição.

De acordo com relatório divulgado pelo Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, na sigla em inglês), a economia global deve encolher quase 1% em 2020 devido à pandemia da COVID-19, e a produção mundial poderá recuar ainda mais se as restrições impostas às atividades econômicas se estenderem para o terceiro trimestre e se as respostas fiscais falharem em apoiar renda e gastos do consumidor.

Ainda segundo o relatório do DESA, um pacote de estímulo fiscal bem elaborado, priorizando os gastos em saúde para conter a propagação do vírus e fornecendo suporte de renda às famílias mais afetadas pela pandemia, ajudaria a minimizar a probabilidade de uma recessão econômica profunda. Por outro lado, além das medidas no âmbito governamental, a conscientização da população em relação à área de finanças também pode contribuir para a saúde financeira das famílias agora, assim como na preparação para crises futuras.

Na maior cidade do Acre, a situação é igualmente desafiadora. Se considerarmos o Boletim Trimestral da Força de Trabalho, apresentado pelo Observatório do Desenvolvimento em fevereiro de 2020, e construído com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada pelo IBGE, podemos verificar que a taxa de desocupação do país no 4º trimestre de 2019 era de 11%, caindo em ambas as



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

comparações: -0,8 pontos percentuais (p.p.) frente ao 3º trimestre de 2019 (11,8%) e -0,6 p.p. em relação ao mesmo trimestre de 2018 (11,6%).

A aludida taxa cresceu no Acre, ficando em 13,6%, subindo 0,8% na comparação ao 3º trimestre de 2019 (12,8%), e 0,5% p.p. em relação ao mesmo trimestre de 2018 (13,1%). Em relação ao trimestre anterior, a taxa recuou em 23 das 27 unidades da Federação.

No 4º trimestre de 2019, no Acre, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, ou seja, percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada, foi de 31,4%, percentual superior à taxa do Brasil que ficou em 23%. Já quanto à taxa de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, o percentual do país era de 74%, enquanto no Acre era de 69,4%.

Os dados requerem atenção, visto que em um momento de crise a situação financeira das famílias pode se agravar pelas medidas de isolamento físico da população. Embora tenha sido liberado o pagamento de assistência financeira para famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 600, podendo chegar a R\$ 1.200 por família, este valor para o qual mais de 35 milhões de brasileiros se cadastraram para receber é insuficiente para a manutenção dos lares observando-se o mínimo para se viver com dignidade.

Desta forma, a Semana Municipal da Educação Financeira em Rio Branco busca disseminar na sociedade o conhecimento sobre educação financeira, previdenciária, entre outros, e, por meio de ações educacionais, contribuir para o fortalecimento da cidadania e autonomia das pessoas, permitindo que cada família esteja, de fato, no comando de sua vida financeira e por conseguinte, promovendo o bem-estar social.

Além disso, a proposta está alinhada aos preceitos da Semana Nacional da Educação Financeira – Semana ENEF –, iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), período em que são realizadas diversas ações educacionais gratuitas, com o objetivo de disseminar a educação financeira e, assim, proporcionar uma vida melhor aos cidadãos.

São estas as razões que emposso para a defesa do projeto. Conto com a costumeira cordialidade e sensibilidade dos membros deste Parlamento para a aprovação da matéria.

Rio Branco, 15 de abril de 2020.


Jackson Roberto Ramos da Silva
Vereador.